



Relatório e Contas 2010

Índice

1	Accionista, Órgãos Sociais e Comité de Ética.....	1
1.1	Accionista.....	1
1.2	Órgãos Sociais (Triénio 2009 – 2011).....	1
1.3	Comité de Ética.....	1
2	Introdução	2
3	Retrospectiva de 2010	2
4	Perspectivas para o ano de 2011.....	3
5	Proposta de Aplicação de Resultados.....	5
6	Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010	6
7	Anexo às demonstrações financeiras Individuais.....	9

1 Accionista, Órgãos Sociais e Comité de Ética

1.1 Accionista

OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia, S.G.M.R., S.A. (100%)

1.2 Órgãos Sociais (Triénio 2009 – 2011)

Mesa da Assembleia–Geral

Dra. Maria Elvira Teixeira Borges	Presidente
Dr. Nuno Miguel da Silva Alves do Rosário	Vice–Presidente
Dra. Ana Paula Boazinha Fernandes Antão Cerqueira	Secretária

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

Dr. Luís Borges da Assunção (ROC)	Efectivo
João Alberto Monarca Pires, Unipessoal, Lda. (SROC) ¹	Suplente

Conselho de Administração

Eng. José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto	Presidente
Eng. Jorge Fernando da Silva Simão	Vogal
Eng. Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal

1.3 Comité de Ética

Prof. Doutor João Luís Correia Duque	Presidente
Eng.º Angel Landa López de Ocariz	Vogal
Dr. Fernando Conceição Nunes	Vogal
Prof. Dr. Eng.º João José Esteves Santana	Vogal
Dr. Eng.º Ramón Fernandez Ferro	Vogal

¹ Até 26 de Maio de 2009, altura em que constituiu a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas pessoa colectiva, o Dr. João Alberto Monarca Pires exerceu o cargo como Revisor Oficial de Contas pessoa singular.

2 Introdução

À semelhança da metodologia adoptada nos anos anteriores, o Conselho de Administração da OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A. considerou desnecessário reproduzir no presente Relatório as considerações efectuadas no Relatório da sociedade OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A., pelo facto de o OMIP deter a totalidade do capital da OMIClear.

3 Retrospectiva de 2010

Em 2010, a OMIClear, enquanto câmara de compensação com assunção de contraparte central e sistema de liquidação do Mercado de Derivados do MIBEL, consolidou o seu processo de crescimento sustentado, conforme se evidencia no Gráfico seguinte.

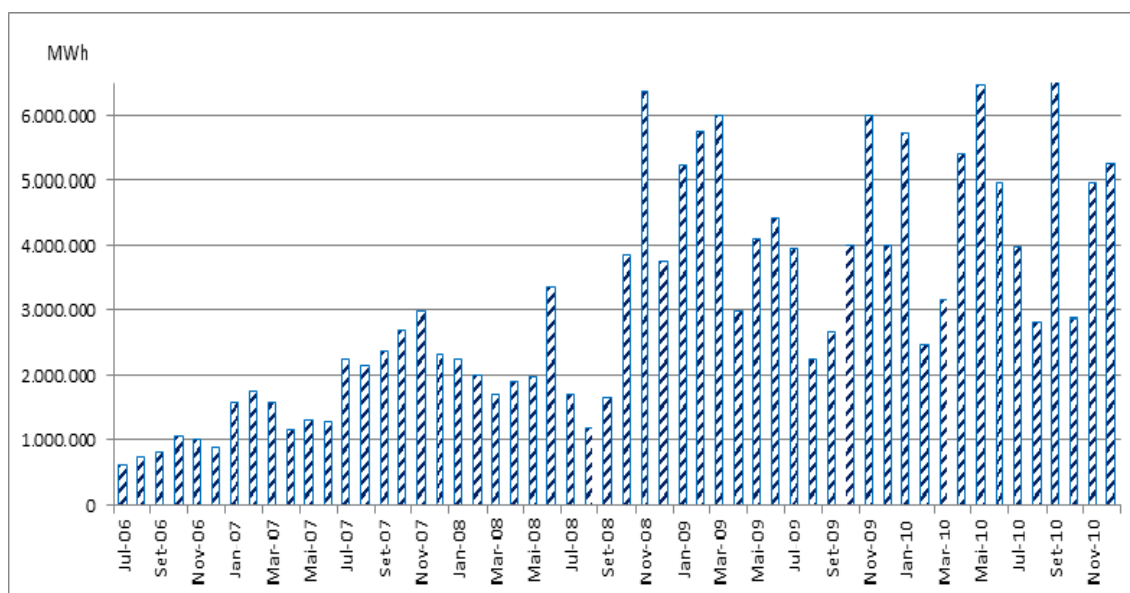


Gráfico – Volumes Compensados (2006-2010)

Para o facto contribuíram: (i) a progressiva liberalização dos mercados retalhistas; (ii) o aumento da procura de soluções de cobertura de risco; (iii) a crescente actividade negociadora inserida na estratégia de Participantes, que são empresas do sector financeiro e (iv) a continuação do ciclo relacionado com o risco de crédito, potenciado pela crise financeira entretanto espoletada.

Com o objectivo de aproximar a qualidade e o âmbito dos serviços prestados e as necessidades dos seus Clientes, em 2010, há a salientar:

- Especificação funcional e desenvolvimento da nova plataforma de compensação e liquidação encontrando-se ao nível das melhores soluções tecnológicas existentes no mercado;
- Entrada em produção da referida plataforma, designada MiClear, cuja propriedade pertence à OMIClear;

- A adopção de uma política de “holiday fee” nas comissões de compensação durante o primeiro semestre, como forma de fidelização dos Participantes;
- Disponibilização, desde 20 de Janeiro de 2010, de Contratos de Futuros (com ajustes diários de ganhos e perdas) de carga ponta (MIBEL SPEL Ponta) sobre a Zona Espanhola do MIBEL, com entrega física e com entrega financeira;
- Realização de três Comitês de Compensação e Liquidação (Londres, 5 de Março; Madrid, 27 de Maio e Cascais, 24 de Setembro), nos quais se discutiu e debateu com os Participantes questões atinentes ao Mercado;
- A entrada funcionamento de um novo sítio Internet.

Em termos de novos Participantes, o comercializador espanhol EGL Energía Iberia, S.L. foi admitido como Membro Compensador Directo e Agente de Liquidação Física, respectivamente, a 31 de Março de 2010 e a 15 de Abril de 2010.

No que respeita a outras actividades, durante 2010, a OMIClear continuou a desempenhar as funções de Gestor de Garantias do Sistema de Acerto de Contas do operador de sistema e da rede nacional de transporte de electricidade de alta tensão, REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. e, em estreita coordenação com o OMIP, as actividades relacionadas com o gestor de processo de mudança de comercializador no sector do gás natural.

No plano institucional, no âmbito do OMI – Operador do Mercado Ibérico, tiveram início as conversações com o OMEL - sociedade gestora dos mercados diário e intradiário do MIBEL - (a qual, através da sua participada OMIE, irá, deter 50% da OMIClear), relativas à definição da melhor forma de optimização e integração na OMIClear, das actividades de compensação e liquidação dos mercados e produtos geridos no pólo espanhol do MIBEL. Para o efeito, foi criada, no final do ano uma sucursal em Espanha, a qual se espera, que quando venha a estar operativa, possa desenvolver algumas das referidas actividades.

Em 1 de Junho de 2010, resultado de um processo maturado e dialogado com os Participantes no Mercado, entraram em vigor as alterações ao Código de Ética, cuja principal modificação residiu, precisamente, no facto de estes passarem a estar abrangidos pelas disposições do Código.

Tendo em vista o alargamento do âmbito de actuação da OMIClear, em Julho de 2010, o accionista único votou a modificação do objecto social, em particular, para possibilitar alargar a prestação de serviços a todos os mercados do MIBEL.

No plano internacional, após um escrutinado processo, a OMIClear foi admitida como membro da EACH – *European Association of Central Counterparty Clearing Houses*, associação que agrega as principais câmaras de compensação registadas na Europa e que tem como objectivos principais discutir e analisar técnicas e desenvolvimentos em todos os aspectos relacionados com a actividade das câmaras de compensação. A OMIClear, através do Administrador Eng. Paulo Sena Esteves e da responsável do Departamento de Compensação Dra. Sofia Pinto Barbosa, participou, activamente, nas reuniões que os vários grupos de trabalho e comités mantiveram durante o ano.

4 Perspectivas para o ano de 2011

A OMIClear, em 2011, pretende continuar a assumir-se como a principal referência enquanto câmara de compensação das operações a prazo do MIBEL, bem como o principal recurso no

que concerne à compensação das operações realizadas fora de bolsa, de molde a eliminar os riscos de contraparte e de crédito.

Em termos de desenvolvimento do negócio, a OMIClear continuará a procurar ir ao encontro e dar cabal resposta, a todas as necessidades dos seus Membros, conduta que assume capital importância num cenário expectável de maior exposição e pressão concorrencial.

Para além disso, no âmbito do OMI, espera que a sua estrutura possa ser utilizada para prestar novos serviços, em especial em produtos relacionados com a operação dos mercados diário e intradiário e outros geridos pelo pólo espanhol do MIBEL, para o que, potenciará o recurso e a utilização da sua Sucursal em Espanha.

Em termos societários, espera-se que em 2011, para dar cumprimento ao preceituado no artigo 4.º do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha Relativo à Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica² na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga³ que o reviu, metade das acções representativas do capital social da OMIClear sejam alienadas ao OMIE (sociedade gestora de mercado do pólo espanhol do MIBEL).

No plano institucional, a OMIClear continuará a participar activamente nas actividades desenvolvidas pela EACH, foro onde acompanhará as principais iniciativas legislativas em curso, as quais, uma vez aprovadas, impactarão nas actividades geridas pela sociedade.

² Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006, de 19 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2006, de 5 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série-A, n.º 59, de 23 de Março de 2006.

³ Acordo Que Revê o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha Relativo à Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Braga em 18 de Janeiro de 2008, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 17/2009, de 16 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 21/2009, de 11 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série, n.º 53, de 23 de Março de 2009.

5 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do Artigo 25º dos Estatutos da Sociedade, propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no valor positivo de 5 733 Euros tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	573,34 Euros ⁴
Para Resultados Transitados	5 160,02 Euros

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,

José Isidoro D'Oliveira Carvalho Netto

Jorge Fernando da Silva Simão

Paulo Martins de Sena Esteves

⁴ O número 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, estabelece que uma fracção não inferior a 10 % dos lucros líquidos apurados em cada exercício pelas sociedades gestoras de mercado regulamentado deve ser destinada à constituição de reserva legal até ao limite do capital social.

6 Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010

Balanço individual

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2010	31-12-2009
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	328 429,78	315 994
Outras contas a receber	8	168 559,60	-
Activos por impostos diferidos	6	187 578,91	157 683
		684 568,29	473 677
Corrente			
Clientes		2 324,36	638
Estado e outros entes públicos	7	54 217,55	39 289
Accionistas / sócios	9	0,00	102 854
Outras contas a receber	8	303 775,08	60 330
Diferimentos		11 747,03	3 029
Depósitos de garantia	19	74 234 133,72	102 636 627
Caixa e depósitos bancários	4	2 531 842,03	3 442 514
		77 138 039,77	106 285 281
Total do activo		77 822 608,06	106 758 958
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	10	3 000 000,00	3 000 000
Reservas legais	11	3 456,62	2 688
Resultados transitados	11	44 254,43	37 335
		3 047 711,05	3 040 023
Resultado líquido do período	11	5 733,35	7 689
		3 053 444,40	3 047 712
Interesses minoritários		0,00	-
Total do capital próprio		3 053 444,40	3 047 712
Passivo			
Não corrente			
Passivos por impostos diferidos	6	42 139,90	-
Outras contas a pagar	12	191 160,15	191 160
		233 300,05	191 160
Corrente			
Fornecedores	12	101 653,13	320 042
Estado e outros entes públicos	7	13 243,43	11 562
Outras contas a pagar	12	186 833,33	551 855
Depósitos Garantias	19	74 234 133,72	102 636 627
Diferimentos		0,00	-
		74 535 863,61	103 520 086
Total do passivo		74 769 163,66	103 711 246
Total do capital próprio e do passivo		77 822 608,06	106 758 958

Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2010	31-12-2009
Vendas e prestação de serviços	12	1.055.976	1.395.217
Fornecimentos e serviços externos	13	-589.560	-548.837
Gastos com o pessoal	14	-423.848	-340.559
Outros rendimentos e ganhos		12.220	1.637
Outros gastos e perdas	15	-48.790	-405.336
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.999	102.122
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		-101.559	-111.338
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-95.561	-9.216
Juros e rendimentos similares obtidos	16	114.517	37.268
Juros e gastos similares suportados	16	-816	-17.592
Resultados antes de impostos		18.140	10.461
Imposto sobre o rendimento do período	17	-12.406	-2.772
Resultado líquido do exercício		5.733	7.689

Demonstração individual das alterações no capital próprio

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2009	3 000 000	1 315	24 976	13 732	3 040 023
Total do rendimento do período	-	-	-	7 689	7 689
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	1 373	12 359	(13 732)	-
A 31 de Dezembro de 2009	3 000 000	2 688	37 335	7 689	3 047 712

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2010	3 000 000	2 688	37 335	7 689	3 047 711,05
Total do rendimento do período	-	-	7 689	5 733	13 422,02
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	0,00
Aumento por aplicação de resultados	-	769	(769)	(7 689)	-7 688,67
A 31 de Dezembro de 2010	3 000 000	3 457	44 254	5 733	3 053 444,40

Demonstração dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	29.093.843	13.600.956
Pagamentos a fornecedores	(29.758.699)	(7.033.821)
Pagamentos ao pessoal	(387.743)	(342.018)
Caixa gerada pelas operações	(1.052.599)	6.225.117
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	113.219	(4.435.554)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(939.380)	1.789.563
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5.000)	-
Activos fixos tangíveis	(60.611)	-
Activos Intangíveis	-	(65.611)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	94.333	-
Dividendos	-	94.333
Fluxos das actividades de investimento (2)	28.707	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	567.468
Juros e rendimentos similares	-	30.903
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	(2.795.423)
Juros e gastos similares	-	(20.140)
Dividendos	-	-
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	(2.217.192)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(910.672)	(427.629)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.442.514	3.870.143
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.531.842	3.442.514
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES		
Numerário	600	-
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa		
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	2.531.242	3.442.514
Outras diponibilidades		
Diponibilidades constantes do Balanço	2.531.842	3.442.514

7 Anexo às demonstrações financeiras Individuais

1 Informação geral

A OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., com sede na Avenida dos Estados Unidos, nº 55-12º LISBOA, foi constituída ao abrigo do artigo 488.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 6 de Abril de 2004.

A sociedade iniciou a sua actividade em 7 de Abril de 2004, tendo por objecto social a compensação de operações a prazo, nomeadamente futuros e opções, que tenham por activo subjacente electricidade, produtos de base energética ou outros activos equivalentes, de natureza real ou nacional, índices de electricidade, de produtos de base energética ou de outros activos equivalentes, quer tenham uma liquidação por entrega, quer tenham uma liquidação meramente financeira e, bem assim, a assunção da posição de contraparte central em tais operações, realizadas em mercado, regulamentado ou não regulamentado, nacional ou estrangeiro, ou fora de mercado.

A sociedade pode ainda exercer quaisquer actividades que sejam subsidiárias ou acessórias daquelas que constituem o seu objecto principal, desde que as mesmas não constituam uma actividade de intermediação financeira.

A sociedade pode participar noutras sociedades, de objecto igual ou complementar do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de Empresas.

A sociedade constituiu uma sucursal em Espanha no dia 22 de Novembro de 2010, com o NIF W0106378C, nos seguintes termos:

A sucursal em Espanha terá a denominação “OMI Clear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, Sociedade Gestora de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central (SGCCCC), S.A., Sucursal en España”, terá a sua sede na Calle Ribera de Loira, 46, 28046 Madrid, España, e obedecerá aos seguintes critérios:

- a) A Sucursal desenvolverá as seguintes actividades:
 - (i) Gestão de uma câmara de compensação e de um sistema de liquidação, assim como a assunção da posição de contraparte central de operações a contado e a prazo, nomeadamente, futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que tenham por activo subjacente electricidade ou outros produtos de base energética relacionados ou outros equivalentes, de natureza real ou nocional, índices de electricidade, de produtos de base energética ou de outros activos equivalentes, quer tenham uma liquidação por entrega, quer tenham uma liquidação meramente financeira;
 - (ii) A Sucursal pode, ainda, exercer actividades que sejam subsidiárias ou acessórias daquelas que constituem o seu objecto principal, desde que as mesmas não constituam uma actividade de intermediação financeira, nomeadamente: a) gerir sistemas de anotações em conta e apuramento de posições líquidas, b) prestação aos membros dos sistemas por si geridos dos serviços que se revelem necessários à intervenção desses membros em mercados ou sistemas geridos por entidade congénere de outro Estado, c) prestação de serviços de consultadoria relacionados com os sistemas por si geridos, d) participação em estudos, elaboração, distribuição e comercialização de informações relativas a mercados, e e) desenvolvimento, gestão e comercialização de equipamento e programas informáticos, bem como de redes telemáticas destinadas à contratação e à transmissão de ordens ou de dados;

- (iii) A Sucursal pode participar noutras sociedades, de objecto igual ou complementar do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas;
- (iv) A Sucursal pode conceder suprimientos e outras formas de empréstimo e pode conceder prestações acessórias às sociedades por si participadas.

As actividades descritas nos números (i) a (iv) anteriores são integralmente coincidentes com o objecto da Sociedade, sendo portanto compatíveis com o mesmo.

- a) A Sucursal será dotada inicialmente com um património em dinheiro no valor de € 5000 (cinco mil Euros), montante esse que será transferido pela Sociedade para conta bancária aberta em nome da Sucursal junto de instituição de crédito domiciliada em Espanha.
- b) A Sucursal durará por tempo indeterminado, não podendo exceder a duração da Sociedade.
- c) Os representantes permanentes da Sucursal serão:
 - (i) José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto, nascido em 28 de Fevereiro de 1945, de nacionalidade Portuguesa, casado, engenheiro, com domicílio em Rua Rodrigo Albuquerque e Melo, 20, 1.º esq.º, com o cartão de cidadão número 01086730 e o contribuinte fiscal número 129397890;
 - (ii) Paulo Martins de Sena Esteves, nascido em 17 de Março de 1959, de nacionalidade Portuguesa, casado, engenheiro, com domicílio no Porto, na Rua António Pinto Machado, nº 134, 4º P, com bilhete de identidade número 3701370, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, no dia 14 de Junho de 2006; e
 - (iii) Jorge Fernando da Silva Simão, nascido em 21 de Agosto de 1957, de nacionalidade Portuguesa, casado, engenheiro, com domicílio em Barcarena - Leceia, Rua Luís Magalhães, n.º 3, com o cartão de cidadão número 04195041.

O capital social da OMIClear é de 3 000 000 Euros, representado por 300 000 acções com o valor nominal de 10 Euros cada, o qual, em 31 de Dezembro 2010, era detido em 100% pelo OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), S.G.M.R., S.A.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações

financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, constituem as primeiras demonstrações financeiras individuais preparadas pela Empresa de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas à data de 1 de Janeiro de 2009.

A data de transição é o dia 1 de Janeiro de 2009, tendo a Empresa preparado o balanço de abertura a essa data.

As demonstrações financeiras da OMIClear foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) até 31 de Dezembro de 2009.

2.2. Impacto da transição para SNC

A OMIClear adoptou as "NCRF", emitidas e em vigor ou emitidas à data de 1 de Janeiro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009 e a empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data.

Dessa transição não resultou qualquer efeito no capital próprio da empresa, traduzindo-se apenas em alterações na denominação das contas.

3 Políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras - Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a OMIClear tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a OMIClear detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como custo da aquisição/construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incursos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Anos

Equipamento Administrativo

Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos.

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.4. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

No exercício de 2008, a Empresa passou a ser integrada em sede de IRC no perímetro de consolidação fiscal do Grupo REN. Como consequência os movimentos relativos aos pagamentos por conta são registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.

No entanto no ano corrente, 2010, a empresa deixou de pertencer ao grupo fiscal do Grupo REN, como esse facto só ocorreu em 22 de Dezembro de 2010, os pagamentos por conta foram registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.6. Activos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os empréstimos concedidos e contas a receber inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como “Outras contas a receber”, e são reconhecidos ao custo deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a empresas não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Novação de transacções

A OMIClear funciona como a câmara de compensação do Mercado de Derivados de Electricidade do OMIP. A OMIClear executa as funções necessárias para que as transacções regulares no mercado sejam devidamente compensadas e liquidadas, nomeadamente:

- i) Admissão de participantes no registo, compensação e liquidação das operações;
- ii) Suporte no registo de operações e respectiva compensação e liquidação;
- iii) Tomada da posição de Contraparte Central nas operações registadas;
- iv) Definição da fórmula de cálculo e, conseqüentemente, o cálculo e gestão das garantias a prestar pelos participantes para o registo das operações;
- v) Controlo do risco assumido pelos detentores de posições registadas.

A OMIClear assume a posição de Contraparte Central em todas as operações que foram registadas, garantindo o cumprimento das obrigações de ambas as partes. Verificando-se o registo da operação, a OMIClear administra as posições daí resultantes através da sua neutralidade, funcionando como o comprador para o vendedor e vice-versa.

Os derivados são determinados pelo seu justo valor à data da transacção, que é zero. Alterações no justo valor dos derivados após a data da operação são ajustadas diariamente através de depósitos, tornando o seu justo valor novamente nulo. Os depósitos de garantia recebidos e as dívidas aos participantes são apresentados no balanço em termos líquido tornando o seu valor nulo. (ver detalhe na nota 20).

3.8. Depósitos restritos

A OMIClear recebe depósitos monetários dos participantes para garantir o cumprimento dos contratos de futuros, os quais são depositados numa conta bancária separada em nome da empresa. No entanto, o uso destes depósitos é restrito, podendo ser utilizados apenas quando um participante num contrato de futuros entre em incumprimento, sendo a OMIClear obrigada a assumir a sua posição perante a outra contraparte. Depósitos restritos são contabilizados como activos assim como a correspondente responsabilidade para com o participante. Estes depósitos são reembolsados quando o participante terminar as negociações de contratos de futuros no OMIP.

3.9. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A OMIClear classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.11. Desvios tarifários

Uma vez que o SNC é omissivo relativamente às actividades reguladas e ao registo de desvios tarifários, a OMIClear definiu a política para o reconhecimento e mensuração dos desvios tarifários conforme previsto na NCRF 4 – ‘Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros’ com referência ao normativo internacional SFAS 71 – Rate regulated activities. O SFAS 71 refere que: “uma entidade deve reconhecer: a) um activo regulatório pelo seu direito a recuperar custos específicos incorridos anteriormente e a obter um retorno específico; ou b) um passivo regulatório pela sua obrigação de devolver montantes recebidos anteriormente e pagar uma remuneração específica, quando tem o direito a aumentar ou reduzir as tarifas futuras” consoante os mecanismos de recuperação instituídos pelo regulador.

Desta forma a OMIClear estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, os desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correcção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2). Excepcionalmente, o regulador definiu durante o exercício de 2010, que o ajustamento referente aos anos de 2009 e 2010, seriam apenas aceites no exercício de 2012.

3.12. Especialização de exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A OMIClear não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Caixa	600	
Depósitos bancários	2.531.242	3.442.514
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.531.842</u>	<u>3.442.514</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Numerário		
- Caixa	600	-
	<u>600</u>	<u>-</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	2.531.242	3.442.514
	<u>2.531.242</u>	<u>3.442.514</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>2.531.842</u>	<u>3.442.514</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>

5 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 os movimentos registados em rubricas de activo fixo tangível foram como se segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2009

	Equipamento administrativo	Outros	Activos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2009				
Custo de aquisição	1 344 905	530	-	1 345 435
Depreciações acumuladas	(1 225 251)	(171)	-	(1 225 422)
Valor líquido	119 654	359	-	120 013
31 de Dezembro de 2009				
Adições	148 418	-	158 900	307 318
Transferências e abates	530	(530)	-	-
Depreciação - exercício	(111 509)	-	-	(111 509)
Depreciação- transf. e abates	-	171	-	171
Valor líquido	37 439	(359)	158 900	195 980
31 de Dezembro de 2009				
Custo de aquisição	1 493 854	-	158 900	1 652 754
Depreciações acumuladas	(1 336 760)	-	-	(1 336 760)
Valor líquido	157 094	-	158 900	315 994

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas de activo fixo tangível foram como se segue:

	Equipamento administrativo	Outros	Activos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2010				
Custo de aquisição	1 493 853,59	0,00	158 900,40	1 652 753,99
Depreciações acumuladas	-1 336 759,89	0,00	0,00	-1 336 759,89
Valor líquido	157 093,70	0,00	158 900,40	315 994,10
31 de Dezembro de 2010				
Adições	267 895,40	0,00	-158 900,40	108 995,00
Depreciação - exercício	-101 559,32	0,00	0,00	-101 559,32
Valor líquido	323 429,78	0,00	0,00	323 429,78
31 de Dezembro de 2010				
Custo de aquisição	1 761 748,99	0,00	0,00	1 761 748,99
Depreciações acumuladas	-1 438 319,21	0,00	0,00	-1 438 319,21
Valor líquido	323 429,78	0,00	0,00	323 429,78

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos fixos tangíveis referem-se a equipamentos administrativos os quais incluem maioritariamente software utilizado na gestão das transacções/contratos realizados.

6 Activos e passivos por Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue.

Impostos Diferidos Activos

	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2009	255.856,78		255.856,78
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	0,00		0,00
Reversão por resultados	-98.173,45		-98.173,45
Constituição por resultados	0,00		0,00
Movimento do período	-98.173,45		-98.173,45
A 31 de Dezembro de 2009	157.683,33		157.683,33
	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010	157.683,33		157.683,33
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital			
Reversão por resultados	-109.893,29		-109.893,29
Constituição por resultados		139.788,87	139.788,87
Movimento do período	-109.893,29	139.788,87	29.895,58
A 31 de Dezembro de 2010	47.790,04	139.788,87	187.578,91

Prejuízos fiscais reportáveis:

- anos 2005 a 2009

- ano 2010

559.155,47

Impostos Diferidos Passivos

	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2009	-
Período findo em 31 de Dezembro	
Constituição/reversão por capital	-
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	-
Movimentos do período	-
A 31 de Dezembro de 2009	-
	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2010	-
Período findo em 30 de Junho	
Constituição/reversão por capital	-
Constituição por resultados	42 140
Reversão por resultados	-
Movimentos do período	42 140
A 31 de Dezembro de 2010	42 140

7 Estado e Outros Entes Públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe da rubrica de Estado é como se segue:

	2010-12-31		2009-12-31	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento	24.326		-	4.154
Retenções na fonte s/rendimentos		5.307		
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	29.527	-	38.924	-
Contribuições p/ segurança social	-	7.936	-	7.408
IVA noutros mercados	365	-	365	-
	54.218	13.243	39.289	11.562

Detalhe da rubrica de IRC

	2010	2009
Pagamentos por conta		
Retenções na fonte	24.488	
Estimativa de IRC	(162)	-
Total	24.326	-

8 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a receber é o seguinte:

	2010-12-31			2009-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores						
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	-	-	60.000	-	60.000
OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia		287.900	287.900	330	-	330
Outros	15.875		15.875			
Acréscimos de rendimento						
Acréscimo de Rendimentos - Desvios Tarifários	-	168.560	168.560	-	-	-
Outras contas a receber	15.875	456.460	472.335	60.330	-	60.330

O acréscimo de rendimentos não corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2010.

Conforme o disposto no despacho nº17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da energia e inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, 2012.

9 Capital social

Capital realizado.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da OMIClear, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 300.000 acções com o valor nominal de 10 Euros cada.

10 Outras reservas e resultados acumulados

As rubricas “Outras reservas” e “Resultados acumulados” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

	Reservas legais	Resultados acumulados	Resultado exercício	Total
1 de Janeiro de 2010	2.688	37.335	7.689	47.711
Resultado líquido do período	-	-	5.733	-
Total de ganhos reconhecidos no período	2.688	37.335	13.422	47.711
Transferência para outras reservas	769	6.920	(7.689)	-
A 31 de Dezembro 2010	3.457	44.254	5.733	53.444

A transferência para outras reservas foi efectuada de acordo com a aprovação da aplicação do resultado líquido do exercício de 2009 pela Assembleia Geral de 24 de Fevereiro de 2010.

11 Outras contas a pagar

A decomposição da rubrica de Outras contas a pagar, em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores	101.653	-	101.653	320.042	-	320.042
Total Fornecedores	101.653	-	101.653	320.042	-	320.042
Outros Credores						
OMIP	-	-	-	60.279	-	60.279
Fornecedores investimento	29.020					
Outros Credores	84.666	-	84.666	50.721	-	50.721
Credores por acrescimos de gasto						
Férias e Sub. Férias	43.107	-	43.107	36.984	-	36.984
Prémios de desempenho	21.214					
Desvios Tarifários		191.160	191.160	403.871	191.160	595.031
Outros	8.827	-	8.827	-	-	-
Total Outras contas a pagar	186.833	191.160	327.760	551.855	191.160	743.015

O acréscimo de gasto não corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2009. Conforme o disposto no despacho nº17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da energia e inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010. Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, 2012.

12 Vendas e Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos serviços prestados é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Tarifa Gestão Global do Sistema	456 460	389 653
Serviços Secundários	599 516	1 005 564
Vendas e prestações de serviços	1 055 976	1 395 217

O decréscimo verificado nos serviços secundários deve-se essencialmente ao facto de no primeiro semestre de 2010, ter-se efectuado uma promoção aos membros onde não foram cobradas as comissões variáveis sobre os negócios efectuados.

13 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Custos com trabalhos especializados	440 103	426 831
Honorários	28 351	
Custos serviços comuns	72 723	72 723
Cursos de formação	2 681	5 492
Deslocações e estadas	4 250	6 255
Comunicação	35 027	34 684
Outros (inferiores a 5.000 €)	6 424	2 851
Fornecimentos e serviços externos	589 560	548 837

A rubrica mais relevante de fornecimentos e serviços externos é a de trabalhos especializados que inclui essencialmente serviços de informática e manutenção prestados pela empresa Logica e um serviço contratado de desenvolvimento do sistema de clearing.

Encontram-se igualmente registados a parte correspondente dos custos com as avaliações efectuadas ao OMIP e OMIClear, no montante de 37 500,00 Euros.

14 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos no exercício de 2010, foram como segue:

	2010-12-31	2009-12-31
Remunerações	346.419	276.029
Encargos sociais	71.038	64.147
Outros gastos	6.391	384
Gastos com pessoal	423.848	340.559

O número médio de empregados em 2010 foi de 10 (2009:9).

15 Outros gastos e perdas

O detalhe dos Outros gastos e perdas é como segue:

Detalhe de outros gastos	2010-12-31	2009-12-31
Impostos	16.539	18.912
Custos com operações de mercado	30.079	215.434
Correcções de exercícios anteriores	-	170.731
Outros	2.173	259
Outros gastos e perdas	48.790	405.336

Os gastos reconhecidos com operações do mercado a Dezembro de 2010 e 2009 resultaram, das comissões fixas cobradas pelos criadores de mercado (Market Makers).

As comissões fixas com os market makers foram renegociadas, o que originou o decréscimo verificado.

16 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos Gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de depósitos	114 502	37 263
Outros juros e proveitos similares	<u>15</u>	<u>5</u>
	114 517	37 268
Juros e gastos similares		
Juros suportados	(476)	(13 512)
Outros custos financeiros	<u>(340)</u>	<u>(4 080)</u>
	(816)	(17 592)
 Gastos e Rendimentos financeiros	 113 701	 19 676

17 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Imposto s/ rendimento corrente	162	(95 401)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>12 244</u>	<u>98 173</u>
Imposto sobre o rendimento	12 406	2 772

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício em 31 de Dezembro 2010 foi de 25% (2009: 25%).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Resultado antes de Imposto	18.140	10.461
Taxa de Imposto	<u>25,0%</u>	<u>25,0%</u>
	4.535	2.615
Custos não dedutíveis	375	-
Rendimentos não tributáveis	(5.239)	-
Prejuízos gerados s/ Imposto diferido	-	-
Efeito correcção imposto diferido	-	-
Tributação autónoma	<u>-</u>	<u>-</u>
	(329)	2.615
Imposto s/ rendimento corrente	162	(95.401)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>12.244</u>	<u>98.173</u>
Imposto s/ rendimento	12.406	2.772
Taxa efectiva de imposto	68,39%	26,50%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2010-12-31	2009-12-31
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	0,00%	0,00%
	25,00%	25,00%

18 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, a OMIClear era detida em 100% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia, (Polo Português) S.G.M.R., S.A.
A lista das entidades relacionadas é como segue:

Empresas do Grupo

OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA
OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), SGMR, SA
REN -Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA
REN Trading, SA
REN Gasodutos, SA
REN Armazenagem, SA
REN Atlântico, Terminal de GNL, SA
Rentelecom - Comunicações, SA
REN Serviços, SA
Enondas, Energia das Ondas, SA

18.1. Custos – Empresas do Grupo

Durante o exercício, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

	31-12-2010	31-12-2009
Compras de Serviços		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	62.223	62.223
REN Serviços, S.A	10.500	10.500
	72.723	72.723

18.2. Saldos com partes relacionadas – Empresas do Grupo

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Cientes e outras contas a receber		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	60.000
REN Gasodutos, S.A	-	-
REN Armazenagem, S.A	-	-
OMIP, SA	-	327
	<u>-</u>	<u>60.327</u>
	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A	108.093	33.259
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	(17.634)	(17.547)
RENTELECOM, SA		(571)
REN SERVIÇOS, S.A.	(2.360)	(2.100)
OMIP	(108.331)	(60.279)
	<u>(20.231)</u>	<u>(47.238)</u>

19 Depósitos de garantia

As garantias em numerário encontram-se registadas em rubricas do activo e passivo. A 31 de Dezembro de 2010, os valores reconhecidos no balanço são os seguintes:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Depósitos de garantia dos participantes	74.234.134	102.636.627
Valores a entregar aos participantes	<u>(74.234.134)</u>	<u>(102.636.627)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

Para além dos depósitos de garantia, existem ainda outros valores mobiliários, linhas de crédito e garantias bancárias prestadas junto da OMIClear, em 31 de Dezembro de 2010:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Linhas de Crédito	134.700.065	125.587.023
Garantias Bancárias	72.300.000	50.000.000
Valores Mobiliários	<u>7.673.137</u>	<u>-</u>
Total	<u>214.673.202</u>	<u>175.587.023</u>

20 Contingências

À data de 31 de Dezembro de 2010 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Técnico de Contas

Nº 30375
Maria Teresa Rodrigues Martins

O Conselho de Administração

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto - Presidente
Paulo Martins de Sena Esteves - Vogal
Jorge Fernando da Silva Simão - Vogal